



sociedade  
portuguesa de  
investigação em  
educação  
matemática

Posição tomada por unanimidade e aclamação pelos sócios da Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática presentes na Assembleia Geral realizada a 18 de maio de 2013

A Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática expressa a sua mais profunda preocupação com as políticas educativas atuais no que respeita à educação matemática. Estas políticas são totalmente contrárias a todo o saber que ao longo dos anos foi sendo criado através da investigação desenvolvida na área. Em particular, destaca-se:

1. O processo que culminou num novo programa de Matemática para o ensino básico constitui uma mudança curricular que: (i) surge sem se ter concluído a mudança anterior e sem qualquer avaliação que permita que as alterações introduzidas sejam feitas de forma fundamentada; (ii) é iniciada por um documento complementar e concluída com um documento esperado mais amplo; (iii) entra em vigor de forma generalizada, sem qualquer preparação e criação de condições necessárias para a sua concretização no terreno, o que contraria toda a teoria curricular reconhecida como válida;

2. As orientações curriculares expressas nas metas curriculares, posteriormente confirmadas no texto do novo programa, contrariam de forma inequívoca os mais recentes resultados da investigação em educação matemática, na forma como entende: (i) a aprendizagem matemática, sobrevalorizando a memorização e o desenvolvimento de técnicas de cálculo, remetendo para segundo plano uma aprendizagem com compreensão; (ii) os objetivos de aprendizagem, ignorando o desenvolvimento efetivo de capacidades indissociáveis da atividade matemática e de tipos de pensamento relativos a cada tema matemático, reduzindo-os aos elementos mais básicos e procedimentais e esquecendo as competências mais elaboradas que os nossos alunos precisam e merecem desenvolver; (iii) os conteúdos matemáticos, introduzindo novos conteúdos de importância muito residual nos dias de hoje ou que incluídos no passado foram entretanto reconhecidos a nível mundial como desadequados e remetendo para mais tarde temas matemáticos que a investigação preconiza como essenciais serem tratados de forma adequada ao nível etário dos alunos desde muito cedo; (iv) as orientações metodológicas, perspetivando-as como restrições à liberdade de cada professor em vez de as ver como uma forma de clarificar como podem ser atingidos os objetivos curriculares, condicionando fortemente com indicações muito diretivas indicadas nas metas curriculares a gestão curricular que cabe ao professor em função dos seus alunos e do contexto seu escolar; (v) os recursos tecnológicos, ignorando as potencialidades dos que atualmente estão à disposição no dia-a-dia dos alunos para uma aprendizagem intelectualmente exigente da matemática; e ainda (vi) a avaliação, ignorando a sua componente formativa, essencial para a melhoria das aprendizagens matemáticas dos alunos e de todo o processo de ensino. Por todas estas razões, ao contrário do que é afirmado pelos seus autores, este novo programa reduz o nível de exigência da aprendizagem matemática.

3. A introdução de exames de Matemática ao nível dos 4.º e 6.º anos de escolaridade (em substituição das provas de aferição anteriormente existentes) justificada pela contribuição

que podem dar à aprendizagem (alegadamente ao nível do rigor e exigência) não encontra evidência na investigação que, pelo contrário, aponta para diversos efeitos negativos para essa mesma aprendizagem, para além de retirar tempo útil ao período escolar para o trabalho dos alunos em Matemática, causar perturbações na gestão curricular e envolver gastos adicionais desnecessários.

Deste modo, a Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática alerta os responsáveis políticos, professores, pais, e todos os que se interessam pelo ensino da Matemática para a necessidade de ponderar seriamente as consequências nefastas desta política e do modo como está a ser aplicada, impróprio de um país democrático e desenvolvido. É urgente evitar a erosão dos progressos notáveis que vinha conhecendo recentemente o ensino desta disciplina em Portugal, tal como evidenciado, por exemplo, pelos resultados mais recentes obtidos pelos alunos portugueses em estudos internacionais.

Penhas da Saúde, 18 de maio de 2013